Nota. — Foi publicado um suplemento ao *Diário da República*, n.º 289, de 17 de Dezembro de 1986, inserindo o seguinte:

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações:

Decreto-Lei n.º 415-A/86:

Define a competência para a fixação de tarifas e preços de certos transportes. Revoga o Decreto-Lei n.º 16/82, de 23 de Janeiro, e o artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 70/78, de 7 de Abril.

Nota. — Foi publicado um 2.º suplemento ao *Diário da República*, n.º 289, de 17 de Dezembro de 1986, inserindo o seguinte:

Região Autónoma da Madeira:

Assembleia Regional:

Decreto Legislativo Regional n.º 27/86/M:

Determina que sejam dotadas de autonomia administrativa, financeira e patrimonial as Direcções Regionais de Aeroportos e de Portos, da Secretaria Regional do Plano.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a Lei n.º 48/86, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 299 (suplemento), de 30 de Dezembro de 1986, cujo original se encontra arquivado nestes serviços, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

Na parte final, onde se lê:

Promulgada em 23 de Dezembro de 1986.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

deve ler-se:

Promulgada em 23 de Dezembro de 1986.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendada em 24 de Dezembro de 1986.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

Assembleia da República, 9 de Janeiro de 1987. —
A Secretária-Geral, *Maria do Carmo Romão*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Decreto-Lei n.º 35/87

de 21 de Janeiro

Com a entrada em vigor do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA) cessou a cobrança do imposto de turismo, cujo produto revertia para os municípios, constituindo a principal fonte de receita dos órgãos locais e regionais de turismo.

Em substituição do imposto de turismo, a Lei n.º 9/86, de 30 de Abril, pelo seu artigo 76.º, veio

determinar que os municípios passem a beneficiar de 37,5 % do produto da tributação do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) sobre as actividades turísticas exercidas na sua área, receita esta que partilharão em 50 % com os respectivos órgãos locais e regionais de turismo.

Viabilizar a exequibilidade do referido regime é, pois, objecto do presente diploma, que segue de muito perto, na parte aplicável, a anterior regulamentação do imposto de turismo.

Nesta conformidade, o Governo decreta, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição e do artigo 76.º da Lei n.º 9/86, de 30 de Abril, o seguinte:

Artigo 1.º Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 9/86, de 30 de Abril, são consideradas actividades turísticas:

- a) As actividades exercidas em estabelecimentos hoteleiros e similares, independentemente da entidade competente para o seu licenciamento, em conjuntos turísticos e em aldeamentos e apartamentos turísticos, o alojamento em estabelecimentos do tipo hoteleiro e, bem assim, as actividades exercidas em parques de campismo e caravanismo;
- b) A actividade exercida por organizações de fins lucrativos relativamente a circuitos turísticos, excursões e outras viagens turísticas consideradas como tais na legislação aplicável;
- c) O aluguer de veículos automóveis, com ou sem condutor, nos termos do Decreto n.º 28/74, de 31 de Janeiro, com a redacção dada pelo Decreto n.º 346/76, de 12 de Maio, bem como o aluguer de aeronaves e de embarcações de recreio;
- d) Outras actividades ou serviços classificados como turísticos, nos termos da legislação aplicável.

Art. 2.º — 1 — Constitui receita própria dos municípios definidos como zonas de turismo ou integrados em regiões de turismo a percentagem de 37,5 % das receitas do IVA proveniente da tributação das actividades turísticas.

2 — A percentagem das receitas do IVA referida no número anterior, cobradas por empresas que desenvolvem algumas das actividades referidas no artigo 1.º do presente diploma, conjuntamente com outras ali não mencionadas, será aplicada apenas ao IVA correspondente às actividades turísticas, o qual será calculado em proporção ao volume de negócios que essas actividades turísticas representam no total do volume de negócios da empresa.

3 — A receita referida nos números anteriores será afecta às câmaras municipais onde estas actividades são efectivamente prestadas, constituindo receita própria dos respectivos municípios, a entregar pelo Serviço de Administração do IVA (SAIVA).

4 — Quando existam órgãos locais ou regionais de turismo, 50 % das receitas referidas no número anterior serão entregues directamente a esses órgãos pelo SAIVA.

5 — Sempre que as empresas repartam o exercício das actividades referidas no n.º 1 do artigo 1.º por diversos municípios ou as exerçam em municípios diferentes do da sede, o IVA por elas entregue será